

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO E O MERCADO DE TRABALHO NA ATUALIDADE.

THE FORMATION OF THE PROFESSIONAL NURSE AND THE LABOR MARKET TODAY.

FORMACIÓN PROFESIONAL DE ENFERMERAS Y MERCADO DE TRABAJO HOY.

José Milton Barros Neto¹, Eliezel Alves dos Anjos²,
Sóstenes Ericson Vicente da Silva³, Clódis Maria
Tavares⁴, Aisha Negreiros da Costa Pedro⁵

RESUMO

A prática profissional do enfermeiro vem sendo constantemente alvo de discussões, sobretudo, referente às condições de sua atuação. O objetivo deste estudo foi compreender a formação deste profissional e o mercado de trabalho na atualidade, considerando as mudanças ocorridas na matriz curricular dos cursos de enfermagem, as tendências do mercado de trabalho, a demanda e a oferta de mão de obra deste profissional. É um estudo de revisão de literatura, com base numa

perspectiva histórica-crítica, utilizando-se as bases de dados do SCIELO, BVS, BIREME, além de títulos disponíveis na biblioteca do Centro Universitário de Maceió – CESMAC. O estudo teve como questão norteadora: como tem se afigurado a formação profissional do enfermeiro face às determinações do mercado de trabalho na atualidade? Percebeu-se que a formação do enfermeiro, ao longo de sua história, teve influência fundamental do mercado de trabalho, considerando que às mudanças ocorridas nas matrizes curriculares dos cursos estavam preestabelecidas nas tendências que o mercado apontava de acordo com cada época. Nas últimas décadas, observou-se um aumento considerável dos postos de trabalho, porém desproporcional ao número de instituições de ensino superior de enfermagem no país. Consequentemente, destacou-se o crescimento da informalidade das relações de trabalho, resultando na precarização nos postos de trabalho e estagnação da renda do trabalho.

¹ Pós-graduando no curso de Avaliação em Saúde pela EAD/FIOCRUZ. Especialista em Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva pela Faculdade Integrada de Patos. Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário CESMAC de Maceió/AL. E-mail: miltonneto2@hotmail.com

² Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente – UFAL

³ Especialista em Formação para Docência do Ensino Superior - CESMAC e Mestre em Serviço Social – UFAL; sericson1@hotmail.com.

⁴ Mestre em Saúde Pública – UFC

⁵ Graduanda do Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP)

PALAVRAS-CHAVE: Formação profissional, mercado de trabalho, educação em enfermagem.

ABSTRACT

The professional nursing practice has been constantly targeted for discussion , especially regarding the conditions of their work . The aim of this study was to understand the formation of this professional and the job market today , considering the changes in the curriculum of nursing, trends in the labor market , the demand and supply of labor this professional. It is a study of the literature review, based on a historical - critical perspective , using the databases SCIELO , VHL , BIREME , plus titles available in the library of the Centro Universitário de Maceió - CESMAC.O study was guiding question : how has initially vocational nurses face the determinations of the job market today ? It was felt that the training of nurses throughout their history, had fundamental influence of the labor market , whereas the changes in curricular courses were predetermined in the market trends that pointed according to each season . In recent decades , there has been a considerable increase in jobs , but disproportionate to the number of institutions of higher education in nursing in the country . Consequently , highlighted

the growth of the informal labor relations , resulting in precarious jobs and the stagnation in labor income

KEYWORDS: Training, job market, nursing education.

RESUMEN

La práctica profesional de enfermería ha sido constantemente objeto de discusiones , especialmente en cuanto a las condiciones de su trabajo. El objetivo de este estudio fue comprender la formación de este profesional y el mercado laboral actual, teniendo en cuenta los cambios en el plan de estudios de la enfermería , las tendencias en el mercado laboral , la demanda y la oferta de mano de obra este profesional . Se trata de un estudio de la revisión de la literatura , a partir de una perspectiva histórico-crítica , utilizando las bases de datos SCIELO , BVS , BIREME , además de títulos disponibles en la biblioteca del Centro Universitario de Maceió - estudio CESMAC.O guiaba pregunta : ¿cómo ha digan enfermeras vocacionales enfrentar las determinaciones del mercado de trabajo hoy en día? Se consideró que la formación de las enfermeras a lo largo de su historia, tuvo una influencia fundamental en el mercado laboral , mientras que los cambios en los cursos curriculares fueron predeterminados en las tendencias del mercado que

apuntaban en función de cada temporada. En las últimas décadas, ha habido un aumento considerable de puestos de trabajo, pero desproporcionada en relación con el número de instituciones de educación superior en enfermería en el país. En consecuencia, destacó el crecimiento de las relaciones de trabajo informales, lo que resulta en empleos precarios y el estancamiento de los ingresos laborales.

.PALABRAS CLAVE: Formación, mercado de trabajo, la educación de enfermería.

INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou compreender a relação entre a formação do profissional enfermeiro e o mercado de trabalho na atualidade. Para tal, realizou-se uma abordagem no contexto sócio-histórico da profissão e do mercado de trabalho nos dias atuais, enfatizando as mudanças ocorridas na matriz curricular do referido curso no processo de formação deste profissional, para se adaptar às exigências que o mercado de trabalho impõe.

Levantou-se a problemática de que a formação do profissional enfermeiro quase sempre esteve atrelada às exigências do mercado de trabalho, assim, procurou-se entender como tem se dado a formação

do enfermeiro nos dias atuais, mediante as imposições de tal mercado, em cada época. Quais foram as mudanças ocorridas na Matriz do curso para se adequar a tais imposições? E como se encontra o mercado de trabalho do profissional enfermeiro, tanto do lado da oferta quanto da demanda de serviço?

Discutir a formação do enfermeiro na atualidade exige uma compreensão histórica do desenvolvimento desta categoria, e da sua relação com a teoria e prática deste profissional. Portanto, entender o contexto de trabalho deste profissional e sua relação com os processos educativos torna-se fundamental para compreender a sua organização.

O ensino da enfermagem vem sendo caracterizado pela constante implementação de mudanças curriculares nos cursos de graduação e pelas discussões de propostas pedagógicas que melhor se adéquem ao mundo globalizado em que vivemos. Nesse sentido, uma abordagem acerca de tais mudanças se faz necessária, para compreender o que levou e como ocorreram as mudanças no ensino da enfermagem, ao longo do tempo.(1)

Na atualidade o grande desafio na formação do enfermeiro é transpor o que é determinado pela nova Lei de Diretrizes e

Bases – LDB ao formar profissionais que superem o domínio teórico-prático que o mercado de trabalho exige, enquanto agentes inovadores e transformadores da realidade, inseridos e valorizados no mundo do trabalho.

Nas últimas décadas do século passado e início desse século, os postos de trabalho do enfermeiro cresceram consideravelmente devido à oferta de empregos públicos, sobretudo após a reforma sanitária e a municipalização dos serviços de saúde. Porém, o movimento que se observa em relação à oferta e à demanda vem se elevando em consequência do crescimento dos cursos de graduação em enfermagem e, conseqüentemente do número de egressos que são lançados no mercado de trabalho a cada ano. (2)

O estudo teve como questão norteadora: como tem se afigurado a formação profissional do enfermeiro face às determinações do mercado de trabalho na atualidade?

Na investigação deste objeto, o presente artigo teve como objetivo geral analisar a relação entre a formação do profissional enfermeiro e o mercado de trabalho na atualidade, tendo como objetivos específicos descrever as

mudanças na matriz curricular no curso de enfermagem, e sua relação com a formação do profissional enfermeiro na atualidade, considerando as transformações do mercado de trabalho; Discutir as tendências do mercado de trabalho e evolução da oferta de mão de obra do profissional de enfermagem no século XXI.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura, realizada através da coleta de dados disponíveis nas bases de dados do SCIELO, BVS, BIREME, além de títulos disponíveis na biblioteca do Centro Universitário de Maceió – CESMAC, a coleta destes dados tiveram início no mês de fevereiro a abril de 2010, tendo como critérios de inclusão os artigos que possuíam a temática sobre a formação e o mercado de trabalho do profissional enfermeiro, sendo excluídos do estudo os artigos que não abordavam esta linha de pesquisa. Este estudo não necessitou ser submetido ao comitê de ética por se tratar de uma revisão de literatura. Foram encontrados mais de vinte artigos sobre o assunto, utilizando os descritores: formação profissional, mercado de trabalho, educação em enfermagem. A análise destes artigos foi realizada através de leitura exploratória, analítica e numa

perspectiva histórico-crítica para poder chegar aos resultados obtidos, onde estes foram organizados da seguinte forma: primeira parte foi abordada sobre a formação profissional, contexto histórico e mudanças na matriz curricular do curso de enfermagem. A segunda foi realizada algumas considerações sobre o mercado de trabalho do profissional enfermeiro no contexto atual, e por fim realizada a discussão do objeto de estudo.

RESULTADOS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

Contexto histórico e mudanças na matriz curricular do curso de enfermagem.

Para uma melhor compreensão da formação do profissional enfermeiro no Brasil, buscou-se analisar as mudanças ocorridas na matriz curricular dos cursos de Enfermagem, no período de 1923, quando surge a primeira escola de enfermagem moderna no país, até os dias atuais.

O ensino da enfermagem passou e ainda passa por várias mudanças no desenvolvimento da formação de tal profissional, mudanças estas atreladas a necessidade que o mercado de trabalho

exige. Sob uma visão histórica, são notórias as mudanças no que diz respeito à formação do enfermeiro, evidenciando que os currículos de enfermagem sofriam alterações, conforme as necessidades do mercado, em cada época histórica.(1)

Considerando o contexto histórico brasileiro, nas décadas de 20/30 do século passado a economia brasileira era predominantemente cafeeira e voltada para a exportação, necessitando para isso o saneamento dos portos e núcleos urbanos.

Para nesse contexto foi criado o Departamento de Saúde Pública e a primeira Escola de Enfermagem Moderna do país (datada de 1923), hoje conhecida como Escola de Enfermagem Anna Nery, fundada com apoio da fundação norte-americana Rockefeller, sendo seu principal objetivo atender às necessidades de crescimento do país. Naquela época era imprescindível que todos os segmentos sociais fossem ajustados às demandas de expansão do capital face ao processo tardio de industrialização brasileira.(3,4)

Primeiramente o ensino sistematizado da enfermagem moderna tinha como propósito formar profissionais que garantissem o saneamento urbano, condições necessárias à continuidade do comércio internacional, que se encontrava

ameaçado pelas epidemias. Porém, na realidade a enfermagem brasileira nasceu atrelada ao modelo hospitalar de atenção individual e curativa e não para a saúde pública, afirmação esta baseada nos conteúdos e carga horária que compunham o currículo implantado no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), onde iniciou o ensino oficial da enfermagem moderna no país, sendo que das trinta e cinco disciplinas ministradas no curso apenas quatro delas eram voltadas para a saúde pública. (1)

No entanto, vale apontar que a partir de 1930, as mudanças que se observam no quadro econômico, social e urbano, em decorrência do processo de industrialização, da organização das classes empresariais e dos assalariados urbanos, impulsionaram o movimento da previdência social e a expansão dos programas de assistência à saúde. Nesse contexto, foi ampliada a demanda desses serviços de atenção ao doente, favorecendo a assistência hospitalar curativa em detrimento da Saúde Pública, ampliando dessa forma a oferta de trabalho às enfermeiras no âmbito hospitalar

O currículo de enfermagem, implantado em 1923, ficou inalterado até 1949, ano em que sofreu a primeira reformulação e passou a ser regulado pela

Lei nº 775/49, regulamentado pelo Decreto nº 27.426/49, o que contribuiu efetivamente para a evolução da enfermagem no Brasil. Esta Lei fixou requisitos mínimos, tais como: exigência do ensino médio completo dos candidatos, existência de um currículo uniforme, estipulando a duração do curso em quatro anos. Manteve os princípios de que o diretor da escola de enfermagem deveria ser enfermeiro e que as disciplinas específicas de enfermagem deveriam ser ministradas por enfermeiros. (5)

Pode-se perceber que a formação do enfermeiro já parecia atender às necessidades do mercado que estavam postas naquele tempo, período este caracterizado pelo apogeu do processo de industrialização *hipertardia* no Brasil. No que se refere à organização de assistência de saúde, a situação traduziu-se pela pressão da classe trabalhadora por assistência médica individual, e não coletiva. O mercado de trabalho passou então a ofertar emprego para o profissional de enfermagem no âmbito hospitalar, fato que explica a tentativa dos currículos mínimos da graduação em fazerem as mudanças necessárias para se enquadrarem às demandas geradas pelo mercado.

Embora as alterações que ocorreram no currículo em 1949 não

tenham sido significativas, o mesmo não se pode dizer das alterações que se estabeleceram a partir do Parecer 271/62 do Conselho Federal de Educação (CFE), conforme observado por Germano (5):

O primeiro surge numa fase em que prevalecia um espírito supostamente liberal, com um capitalismo que ainda não comportava a privatização da saúde de forma empresarial, privilegiando, por conseguinte, o estudo das doenças de massas, através das disciplinas ditas de área preventiva. O segundo emerge num momento em que a economia brasileira começa a tender para um processo excludente e concentrador da renda e, dessa

forma, coincidentemente a preocupação primordial do currículo de enfermagem incide agora sobre as clínicas especializadas de caráter curativo.

Nesse parecer, as matérias de saúde pública, que antes eram denominadas básicas, já não apareciam como disciplinas obrigatórias do currículo mínimo, mas como especialização, caso o aluno pretendesse continuar os estudos nesta área após graduar-se.

O último currículo não atendeu, em absoluto, às reivindicações pretendidas pelos enfermeiros, pelas entidades de classe e pelas escolas de enfermagem, fato que contribuiu, significativamente, para mudanças curriculares tendo como fator determinante a Reforma Universitária que criou a oportunidade de modificar o chamado currículo mínimo.

Mediante esta influência que foi desencadeada a partir da Reforma Universitária de 1968 e das necessidades emergentes de uma época em que se exigiam profissionais cada vez mais

especializados, o currículo vigente foi substituído por um novo, aprovado pelo Parecer 163, de 28 de Janeiro de 1972, sendo organizado em três partes: pré-profissional, tronco profissional e habilitação, com uma carga horária mínima de 2500 horas para a graduação. (6)

Em 1994, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria 1721 (de 15 de dezembro de 1994), atendendo às expectativas políticas da saúde voltadas para a atenção primária, propôs uma nova mudança no chamado currículo mínimo de enfermagem, enfatizando a formação de um profissional "generalista", ou seja, com visão holística para atuar nas áreas de assistência, gerência, ensino e pesquisa.(7)

O currículo mínimo nacional do curso de graduação em enfermagem foi então estruturado com base no modelo regulamentado pela referida Portaria e, entre outras atribuições, passou a determinar as diferentes áreas temáticas nas quais devem estar contidas as matérias e disciplinas relativas às ciências biológicas e humanas, indicando carga horária, créditos e percentuais que devem corresponder a cada área. (8)

O artigo 3º da Portaria 1.721/94 definiu que os currículos plenos dos cursos de graduação em enfermagem deveriam

conter disciplinas relativas às Ciências Biológicas e Humanas e quatro áreas temáticas, tal como se segue: "Bases Biológicas e Sociais da Enfermagem, Fundamentos da Enfermagem, Assistência de Enfermagem e Administração em Enfermagem".(7)

Atualmente, a formação inicial do enfermeiro é regida pela LDB, de 1996, a qual para 'melhora do ensino de enfermagem' propõe entre outras medidas, a superação dos currículos mínimos e a adoção Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para cada curso de graduação e apresenta-se como uma nova forma de orientação geral a ser seguida pelas escolas de ensino superior, contendo elementos indicadores e norteadores da formação nesse nível de ensino. (9)

O currículo mínimo definia cursos e perfis profissionais estatísticos, já as diretrizes curriculares abriram a possibilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) definirem diferentes perfis de seus egressos e adaptem esses perfis às transformações das ciências contemporâneas e às necessidades sócio-político-econômica da sociedade.

Ainda referente ao currículo de enfermagem Clapis et al (10) complementam que a elaboração deste é

imprescindível para a formação do enfermeiro, pois é caracterizado pela flexibilidade; busca-se romper com o modelo arcaico e rígido de ensino, traz-se o projeto pedagógico como base de gestão acadêmico-administrativa de cada curso, além de fornecer também os elementos das bases filosóficas conceituais, políticas e metodológicas que definem as competências e habilidades essenciais para formação dos profissionais enfermeiros, como tentativa de adequação ao mercado de trabalho.

Cada Escola/Curso, por sua vez, faz as adaptações necessárias a este plano, formulando então o Currículo Pleno. Para tanto, consideram sua natureza e "vocação"; o perfil do profissional enfermeiro a ser formado; os marcos conceituais adotados para cada um(a) deles(as); as características regionais e necessidades de serviços locais e da população onde o curso está instalado. Uma exigência maior é que se organize o ensino, estabelecendo relação entre a teoria e a prática, principalmente no que se refere ao ensino das clínicas.(8)

Apesar do Conselho Nacional de Educação não definir as disciplinas básicas que deverão conter os currículos dos Cursos de Graduação em Enfermagem, define princípios, fundamentos, condições

e procedimentos que direcionam a formação do profissional Enfermeiro, e que estes sejam capazes de exercitar as seguintes competências e habilidades gerais: "atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente".(11)

O Conselho Nacional de Educação no seu art. 6º define os conteúdos essenciais para o curso de enfermagem, onde estes devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem. Os conteúdos segundo a resolução CNE/CES nº 3, de 7 de Novembro de 2001 devem contemplar: Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Enfermagem, que contemplam: Fundamentos de Enfermagem; Assistência de Enfermagem; Administração de Enfermagem e Ensino de Enfermagem.(12)

Segundo Saube et al (2000), na atualidade, os estudiosos advertem que as escolas têm que buscar através de seus currículos, ou através de qualquer mudança que nele fizessem, o atendimento às necessidades contemporâneas de saúde da população "à luz de uma reflexão crítica

sobre a sua repercussão na prática profissional". As referidas autoras ainda salientam que as escolas de enfermagem devem seguir uma filosofia de ensino a fim de formar pessoas capacitadas para atender às demandas locais e regionais, com compromisso social de mudanças. (13)

Dessa forma, é esperado que os centros formadores assumam, de forma articulada ao mundo do trabalho, sua responsabilidade na formação de recursos humanos necessários à viabilização e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), que visa à universalidade, descentralização e equidade no acesso aos serviços de saúde e a abordagem integral da pessoa inserida na família e na sociedade.

De acordo com o contexto histórico aqui mencionado anteriormente sobre as mudanças curriculares no ensino de enfermagem deixa transparecer que a adequação ao mercado de trabalho constitui-se em uma das preocupações para justificar as alterações ocorridas na matriz curricular nos cursos de enfermagem no decorrer de sua história, o que se impõe o questionamento a respeito de como acontecem às relações entre a formação profissional do enfermeiro e o mercado de trabalho.

O MERCADO DE TRABALHO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO: algumas considerações.

Após a exposição sobre a formação do profissional enfermeiro, enfatizando as mudanças curriculares que os cursos tiveram no decorrer de sua história, percebeu-se que o mercado de trabalho foi preponderante para tais mudanças, pois a cada dia o mercado exige profissionais cada vez mais qualificados e egressos que possam superar o domínio teórico-prático que é exigido nos dias atuais.

Para uma melhor compreensão de como se encontra a relação formação profissional e mercado de trabalho do enfermeiro, tratar-se-á agora sobre as tendências do mercado para esta categoria, quando será analisada a oferta e a demanda de mão de obra. Para tal, será necessário inicialmente abordar sobre o crescimento dos postos de trabalho para enfermagem, vez que este parece ter sido significativo para explicar a abertura do elevado número de escolas de enfermagem de ensino superior no país nas últimas décadas.

Desde o final do século passado, os postos de trabalho para os enfermeiros cresceram devido ao aumento da oferta de empregos públicos, principalmente após a municipalização do serviço de saúde, em

decorrência da reforma sanitária. Porém, o movimento observado, quanto à empregabilidade na esfera federal e estadual observa-se um decréscimo acentuado, ofertando cada vez menos vagas na esfera federal. Em relação à oferta e à demanda vem se elevando pelo crescimento de cursos de graduação em enfermagem e, conseqüentemente, de egressos em todo o país.

O mercado de trabalho em saúde operou mudanças significativas, tais como o crescimento do seu sistema produtor de serviços e da estrutura ocupacional, ou seja, do perfil quantitativo e qualitativo da força de trabalho do setor. A análise de como este grande mercado se apresenta para os profissionais de enfermagem, mostra que a equipe de enfermagem no ano de 2005 possuía uma importante participação neste cenário, ocupava 41,9% (679,215 empregos) do total da força de trabalho em saúde no país, cuja composição era 17,1% enfermeiros, 23,8% técnicos de enfermagem e 59,1% auxiliares de enfermagem. (14)

Verifica-se que a criação do Sistema Único de Saúde, o Programa de Saúde da Família, as mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a privatização do ensino com a autonomia dada às universidades e a flexibilização

dos currículos foram determinantes para explicar o aumento do número de escolas de enfermagem de nível superior no Brasil. (15)

É importante salientar que a tendência de expansionismo para os cursos de enfermagem era percebida na década de 70. Naquela época, o crescimento de escolas era um dos meios apontados pelas entidades de classe para suprir a deficiência de enfermeiros no país. Naquele período uma política governamental de expansão de vagas e de acesso da classe média ao nível superior. Como resultado, no período de 1970 a 1985 houve um crescimento de 210% no quantitativo de instituições de graduação de enfermagem no Brasil. (16)

Seguiu-se a esta tendência, na década de 90 registrou um aquecimento no sistema educativo da enfermagem, com uma expressiva expansão de cursos e de vagas para a graduação em enfermagem. Nota-se que, na primeira metade dessa década, predominavam cursos de instituições públicas, sendo este percentual em 1991 de 57,5%. Este quadro começou, entretanto, a se inverter em 2000, ano em que 59,01% dos cursos eram oferecidos em instituições de natureza privada. (16)

Em 2004 eram 415 cursos, chegando a 782 cursos em maio de 2009. O crescimento do número de cursos de graduação em enfermagem nos últimos cinco anos (2004 a 2009) representa um incremento de 88%. Houve aumento da oferta de cursos superiores de enfermagem em todo o país. Na região norte o crescimento foi de 557%, nordeste 681%, centro-oeste 1420%, sul 404% e sudeste 629%. (15)

Essa tendência de crescimento de postos de trabalho incrementa e fortalece ainda mais outra tendência, a privatização do ensino superior. A LDB foi elaborada segundo as diretrizes do Banco Mundial para a Educação, para quem o ensino superior não é necessariamente um serviço público, mas sim um serviço que pode e deve ser ofertado e regulado pelo mercado, entrando aqui a iniciativa privada. (17)

Segundo Brandão (17), ao analisar o ano de 1994, dois anos antes da LDB, e o ano de 2004, oito anos após a criação da mesma, foi visto que o número de escolas de enfermagem em instituições públicas cresceu 47%, enquanto que o crescimento de instituições privadas foi de 615%. (17)

Algumas das conseqüências trazidas pelo aumento exagerado dos cursos de graduação de enfermagem, pode-

se destacar o crescimento da informalidade das relações de trabalho, com conseqüente precarização; estagnação da renda do trabalho e decréscimo na distribuição de renda. Observa-se uma redução dos salários, considerando que no ano de 1995 a média salarial girava em torno de 6,7 salários mínimos, já no ano de 2005 o salário médio ficou por volta de 4,3 salários mínimos, inscrevendo, em definitivo, essa tendência no chamado processo de precarização do trabalho, a exemplo do que também ocorre com outras áreas da saúde, com exceção da medicina. (18)

Como foi discutido, entende-se mercado de trabalho como uma relação entre a oferta de mão de obra e a demanda por ela, ou seja, uma relação entre os que têm emprego a oferecer e os que estão à procura de trabalho. Nas sociedades contemporâneas não se identifica um único mercado de trabalho, mas um mosaico com vários segmentos, articulados ou não, que utilizam formas diversificadas de relações e de acesso ao trabalho. (16)

Desta forma, torna-se interessante fazer menção ao Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO), já que o mesmo tem função de servir como instrumento básico de informação para indicar a conformação do mercado de trabalho. A CBO

desenvolve estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho e de políticas de empregos e formação profissional, verificou-se o surgimento e desaparecimento de ocupações nas mais diversas categorias profissionais, como no caso da enfermagem. (19)

Ao serem analisadas as especialidades que são reconhecidas pelo COFEN e os títulos ocupacionais da CBO, observa-se que estes são quantitativamente bem menores que as especializações que são reconhecidas pelo COFEN, onde são reconhecidas 32 especialidades para o enfermeiro, enquanto apenas 12 títulos ocupacionais são reconhecidos pela CBO. Tal fato pode ser indicativo do não reconhecimento pelos pares, da ocupação no mundo do trabalho, de algumas especialidades da profissão ou, ainda, da inexistência de fato destes postos no mercado de trabalho. (19)

Desta forma, percebe-se o expressivo distanciamento encontrado entre as especializações prescritas pelo Conselho e as que são referidas pelo mundo de trabalho. Parece desta forma, que as especializações do enfermeiro ainda são pouco aceitas no mercado de trabalho, salvo aquelas mais tradicionais.

A tendência marcante que o mercado de trabalho continua a apontar volta-se para o setor público, no âmbito da Estratégia de Saúde da Família. Esta tem sido responsável por um importante incremento de postos de trabalho para o enfermeiro, o que em 2001 representou um número de 14.061 profissionais de enfermagem vinculados ao então PSF, representando assim 15% dos profissionais registrados no COFEN no mesmo ano, 19,9% dos postos de trabalho em serviços de saúde e 20% dos vínculos formais de emprego, no ano de 2007— o número de profissionais vinculados à referida Estratégia aumentou para 26.500. (2)

A especialização do Enfermeiro Sanitarista é, sem dúvida, a especialidade que nos últimos anos vem ganhando destaque, pois com a expansão da Estratégia de Saúde da Família (ESF) trouxe um considerável impacto nas dimensões e configurações dos mercados educativos e de trabalho das profissões do setor, gerando desta forma a abertura de novos postos de trabalho para o enfermeiro. Este setor tem-se mostrado uma tendência para o mercado de trabalho nos últimos anos, embora haja estimativas de saturação desta área em alguns anos, o que tem ocorrido em alguns estados brasileiros.

DISCUSSÃO

A formação profissional do enfermeiro no Brasil foi marcada por várias contradições ao longo da história desta profissão. A criação da primeira escola de enfermagem moderna no país tinha como meta formar profissionais para atuar na área de saúde pública, embora desde o início, a formação do enfermeiro esteve centrada no espaço hospitalar, vez que a matriz curricular dos cursos de graduação de enfermagem enfocava disciplinas para o segmento hospitalar e não para saúde pública.

Em todas as mudanças curriculares sofridas no ensino da enfermagem, observa-se o predomínio do modelo hospitalar no ensino da graduação. Deixando transparecer que a legislação que compreendia os currículos de 1923, 1949, 1962 e 1972, centrava a formação do enfermeiro no pólo indivíduo-cura-doença e na assistência hospitalar, ajustando-se as imposições específicas do mercado de trabalho em cada época.

Com a criação de um novo modelo de assistência de saúde, na década de 80, verificou-se novas propostas para a atuação deste profissional, pois, o Sistema Único de Saúde trazia consigo os princípios de equidade, integralidade e universalidade,

norteando a política de saúde do país. Para atender às novas determinações da realidade econômica, social e política do país, o mercado de trabalho passa a exigir profissionais com formação generalista, que fossem capazes de atuar em diferentes níveis de atenção à saúde, e não mais concentrar o ensino da enfermagem no pólo hospitalar.

Nesse contexto, uma nova proposta curricular é oficializada em 1994 pela portaria nº1721/94, prevendo a formação do enfermeiro em quatro áreas: assistência, gerência, ensino e pesquisa. Assim, o currículo tinha o pressuposto da educação como possibilidade de transformação, centrada no desenvolvimento da consciência crítica, levando o enfermeiro a reflexões sobre práticas profissionais e ao compromisso com a sociedade. No entanto, pouco se tem notado nas instituições de ensino superior a preocupação do desenvolvimento da consciência crítica dos seus graduandos, sendo poucos os docentes preocupados em desenvolver uma perspectiva crítica nos discentes, deixando-os desvinculados dos reais interesses do mercado em relação à profissão.

A nova LDB, trouxe novas responsabilidades para as escolas de ensino superior no país, pois, permitiu a formação de vários perfis profissionais, mediante a

necessidade de melhor de adaptar ao mercado de trabalho. A partir da nova LDB, as instituições passaram a ter liberdade para definir grande parte dos seus currículos plenos se adequando à realidade local. Essa liberdade se tornou um dos determinantes para explicar o número descontrolado de escolas abertas após essa nova LDB, bem como a criação do SUS e da ESF no Brasil.

Sabe-se que os postos de trabalho do enfermeiro têm tido crescimento acentuado nas últimas décadas, porém com este crescimento de postos de trabalhos, foram abertas várias escolas de enfermagem de ensino superior no país, trazendo conseqüências que, ao longo prazo, podem se tornar grandes empecilhos para o futuro da profissão. Dentre eles, o exagerado número de egressos lançados no mercado de trabalho a cada ano, que tem gerado a diminuição da média salarial deste profissional, considerando que muitos egressos sem nenhum vínculo empregatício, muitas vezes, aceitam formas de trabalhos e salários precários.

Ainda neste cenário observa-se a contradição existente no campo de trabalho, vez que, segundo a CBO, os títulos ocupacionais possuem quantitativos bem menores que as especialidades reconhecidas pelo COFEN, devido ao não

reconhecimento do mercado de trabalho de tais especialidades. Continua sendo a especialidade de saúde pública a grande tendência das últimas décadas para a Enfermagem no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se compreender a relação entre a formação do profissional enfermeiro e o mercado de trabalho na atualidade, com base numa perspectiva histórica. Embora tenha sido enfatizado um determinado período da enfermagem, foi percebido que a formação do enfermeiro é historicamente influenciada pelas exigências do mercado de trabalho.

Nota-se que as transformações que ocorreram ao longo da formação do profissional enfermeiro foram determinadas pelas mudanças curriculares que os cursos tiveram ao longo dos tempos, sendo o direcionamento que se buscou ensinar nas escolas de enfermagem foi pautado em se ajustar às exigências do mercado.

O mercado de trabalho do enfermeiro que até meados da década de 80 possuía uma tendência hegemônica centrada na assistência hospitalar sofreu grande mudança com a reformulação na saúde brasileira, iniciada com a reforma

sanitária e a criação do SUS que passou a ordenar a formação de recursos humanos em saúde. Assim sendo, contradiz o mercado vigente até o momento, amplia-se um novo mercado de trabalho para o enfermeiro. Surge com esse novo modelo de assistência a saúde o Programa de Saúde da Família como estratégia de operacionalização desse novo sistema. Na atualidade, caracteriza-se a área de maior empregabilidade deste profissional.

Estudos sobre o mercado de trabalho e postos de trabalho no campo do profissional enfermeiro ainda são muito incipientes. Porém não se observa em relação ao desemprego encontrado para esta categoria. Poucos estudos existem referentes ao impacto provocado pelo aumento do número de cursos e suas repercussões no mercado de trabalho, com exceção das pesquisas que foram citadas mencionando o exagerado número de egressos lançados no mercado e a diminuição da média salarial do enfermeiro.

Percebe-se, então, que a enfermagem brasileira vive momentos desafiadores, pois ainda não existe nenhum estudo de avaliação pelo Ministério da Educação (MEC), para controlar a abertura e criação de novos cursos que visem a qualidade de ensino, como existe para os

cursos de odontologia, medicina e psicologia. É de suma importância que os mecanismos de avaliação das graduações sejam efetivos, o que contribuindo para a qualificação dos profissionais que são lançados no mercado. Assim, faz-se necessário lançar um olhar mais criterioso, cauteloso e atento sobre as repercussões no cenário do mercado de trabalho e desse crescimento da oferta de cursos de graduação em enfermagem no Brasil.

Essa pesquisa revela a necessidade de repensar a formação, não apenas com o objetivo de atender as exigências do mercado, mais de avançar em busca de uma formação capaz de agir sobre essa realidade tentando transformá-la. Para que se possa alcançar essa transformação é necessário que as instituições procurem caminhos que guiem suas ações de formação visando produzir mudanças no contexto da profissão.

O estudo não se esgota aqui. Espera-se que outros estudos possam ser desenvolvidos oferecendo novas visões sobre esta temática, que ainda se encontra incipiente pelos discentes dos cursos de graduação em Enfermagem, ampliando os conhecimentos sobre a Formação do Profissional Enfermeiro e o Mercado de Trabalho na atualidade.

REFERÊNCIAS

1. ITO^a, EE. **O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade.** São Paulo/SP, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP). 2006.
2. CARRIJO CIS, BEZERRA ASQ, MUNARI DB, MEDEIROS M. **A empregabilidade de egressos de um curso de graduação em enfermagem.** rev. enfermagem uerj, rio de janeiro, 2007 jul/set; 15(3):356-63.
3. COSTA, CVD. LUCAS, MFM. **O processo histórico da Enfermagem comunitária no Brasil na perspectiva da atenção básica a saúde.** Palmeira dos Índios/AL: CESMAC, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Enfermagem). Não publicado.
4. SILVA^a, SEV da. **A agricultura familiar brasileira e as transformações no campo no início do século XXI.** [Dissertação de Mestrado] Maceió: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFAL. 2010.
5. GERMANO, RM. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1985.
6. Souza ACC, Filha MJMM, Silva LF, Monteiro ARM, Fialho AVM, **Formação do enfermeiro para o cuidado: reflexões da prática profissional,** Revista Brasileira de Enfermagem ISSN 0034-716, 2006.
7. _____. Portaria n.1721, de 15 de dezembro de 1994. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de enfermagem. **Diário Oficial da União,** Brasília, 16 de dez. 1994. Seção 1, p. 19801-2.
8. THERRIEN, MNS; BARRETO, MC. **Formação profissional: mudanças corridas nos Cursos de Enfermagem, CE, Brasil.,** Universidade Estadual do Ceará. Mestrado Acadêmico em Saúde Pública. Fortaleza, CE – 2005.
9. LEONEL LO, V.M. **Competências para Ação Educativa da Enfermeira: uma interface entre o ensino e a assistência de enfermagem.** 2007. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br> Acesso em: 29 de janeiro de 2009.
10. CLAPIS, M.J. et al. O Ensino de Graduação na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo ao Longo dos seus 50 Anos (1953-2003). **Rev. Latino-am de Enferm.** V.12. n.1. p. 7-13. Jan-fev. 2004. Disponível

em;<<http://www.eerp.usp.br/rlaenf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

11. ITO^b, EE. **Publicações sobre ensino em enfermagem na Revista da Escola de Enfermagem da USP.**São Paulo/SP, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP). 2006.

12. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES N.3, de 07 de Novembro de 2001. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em enfermagem. **Diário Oficial da República Federativa da União.** Brasília, 09 nov. 2003. Seção 1, p 37.

13. SAUPE^b, R. e ALVES ED. **Contribuição à construção de projetos político-pedagógicos na enfermagem.** Rev Latino-am Enfermagem 2000, março-abril; 8(2):60-7.

14. ESTATÍSTICAS DA SAÚDE: **Assistência médica sanitária 2005/IBGE.** Departamento de população e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 162p.

15. SILVA^b, EM; BARAGATTI, DY; FIGUEIRA, MCS; LIMA, RS; SILVA,TC. **O aumento dos cursos de graduação em enfermagem no Brasil nos últimos 15 anos: Determinações e Sustentabilidade.** Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Campinas/SP, 2009.

16. VIEIRA^b, A. L. S. **Empregabilidade dos enfermeiros no Brasil.** Relatório final. Revista de Enfermagem Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, Novembro de 2006.

17. BRANDÃO CF. **LDB passo a passo:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9394/96) comentada e interpretada artigo por artigo. São Paulo: Editora Avercamp; 2007.

18. VARELLA, TC. **Mercado de Trabalho do Enfermeiro no Brasil:** configuração do Emprego e Tendências no Campo de Trabalho [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina social; 2006.

19. _____. Ministério do trabalho e emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).** Brasília. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/>>. Acesso em: 21 set 2005.

Sources of funding: No
Conflict of interest: No
Date of first submission: 2013-10-21
Last received: 2013-10-21
Accepted: 2013-02-20
Publishing: 2014-02-21